

O Ajuste Possível

A reunião do presidente da República com os governadores pode ser considerada frustrante pelos que esperavam ritmo mais vigoroso do ajuste fiscal. O ajuste fiscal — compromisso ao qual os estados e os municípios precisam comprometer-se para consolidar a estabilização — ficou aquém da expectativa de uma rápida reforma do Estado brasileiro e deixa o país à mercê dos juros altos. O resultado do encontro exprimiu a negociação possível.

A disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso para o diálogo facilitou a solução de compromisso que vincula a renegociação das dívidas dos estados ao apoio das respectivas bancadas à aprovação das reformas tributária e administrativa e à prorrogação do Fundo Social de Emergência. Não poderia ser diferente. O governo demonstrou alto senso de realismo político ao propor negociação palatável e aceitável aos governadores. Se as metas da economia, às vezes, são utópicas, a política é a arte do possível.

O governo aceitou flexibilização da rolagem da dívida mobiliária dos estados e maiores prazos para a renegociação da dívida contratual, renegociada em 1993, quando Fernando Henrique Cardoso era ministro da Fazenda. É que muitos estados não haviam incluído seus débitos com o INSS, a Caixa Econômica e outros bancos oficiais federais.

A reabertura das negociações desanuviou o ambiente. Muitos governadores estavam assustados com a possibilidade da reforma tributária reduzir drasticamente o poder fiscal dos estados, a partir da desoneração do ICMS nas exportações. Retirar o grava-

me fiscal das exportações é medida economicamente correta: o Brasil é o único país que exporta imposto, mercadoria que ninguém quer importar. Desonerar as exportações, portanto, pode devolver competitividade aos produtos *made in Brazil* e recriar empregos.

A racionalidade econômica — sobretudo no setor privado — terá de curvar-se aos designios do Estado brasileiro. A situação financeira dos estados é dramática. Na média, estão consumindo 70% da receita em despesas de pessoal (ativos, inativos e pensionistas). Em alguns estados do Nordeste, o percentual alcança a faixa de 90%.

A situação chegou a esse ponto por inércia de um comportamento político ultrapassado. O fisiologismo, useiro e vezeiro em contratar pessoal sem necessidade, também concedia aumentos irrealistas de salários, ferindo o limite constitucional de comprometimento de 65% da receita com despesas de pessoal. Todos apostavam que a inflação acertaria as contas. A estabilização desfez essa hipótese irresponsável: quem concedeu aumentos no final do ano passado está pedindo socorro à União.

A reforma administrativa, que acaba com a estabilidade do funcionário público, tornou-se a tábua de salvação dos governadores. Daí o apoio à aprovação das demissões ao lado das restrições à reforma tributária. Como outubro está batendo à porta, e o prazo para aprovação destas duas reformas (e a da Previdência) é exiguo, o compromisso de apoiar a prorrogação do Fundo Social de Emergência é a garantia dos governadores de que o ajuste fiscal terá continuidade.